

“Brado heroico e retumbante”: o discurso sobre a Pátria em *O Cerro Largo* durante a ditadura militar brasileira

“Grito heroico y resonante”: el discurso sobre la Patria en *O Cerro Largo* durante la dictadura militar brasileña

“Heroic and reounding shout”: the speech about the homeland in *O Cerro Largo* during the brazilian military dictatorship



Yasmin Schreiner Heinzmann¹

Verli Petri²

Caroline Mallmann Schneiders³

Resumo: Abordamos o discurso *sobre* a Pátria no jornal *O Cerro Largo* na ditadura militar. Ancorados na Análise de Discurso, observamos como o discurso *sobre* a Pátria

¹ Graduada em Letras Português e Espanhol - Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) / Mestranda do Programa de Pós-graduação em Letras - Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

² Possui graduação em Letras Português Francês e Respectivas Literaturas pela Universidade Federal de Santa Maria (1994), mestrado em Letras pela mesma Universidade (1998), doutorado em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2004) e pós-doutorado na Universidade Estadual de Campinas (2011).

³ Professora adjunta de Língua Portuguesa e Linguística junto ao curso de Letras Português e Espanhol da Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Cerro Largo. Possui graduação em Letras/Português-Literaturas da Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Santa Maria, mestrado e doutorado em Letras - área de concentração: Estudos Linguísticos - pela mesma instituição.

está no jornal, produzindo sentidos, sustentado pelo discurso *de*, que retorna e significa. O corpus é *Exame de Consciência Cívica* (1967), no qual a memória e a atualidade atravessam os discursos, as “comemorações” do dia 07/09, marcado pelo “brado heroico e retumbante” do Ipiranga, produzindo um “efeito tardio de discurso fundador”.

Palavras-chave: Análise de Discurso. Jornal. Pátria. Ditadura

Resumen: Abordamos el discurso *sobre* la Patria en el periódico *O Cerro Largo* en la dictadura militar. Anclados en el Análisis de Discurso, observamos como el discurso *sobre* la Patria está en el periódico, produciendo sentidos, apoyado por el discurso *de*, que regresa y significa. El corpus es *Exame de Consciência Cívica* (1967), en el cual la memoria y actualidad cruzan los discursos, las “celebraciones” del día 07/09, marcado por el “grito heroico y resonante” del Ipiranga, produciendo un “efecto tardío de discurso fundador”.

Palabras-clave: Análisis de Discurso. Periódico. Patria. Dictadura.

Abstract: We approach the speech *about* the Homeland in the newspaper *O Cerro Largo* in the military dictatorship. Anchored in Discourse Analysis, we observe how the discourse *about* Homeland is in the newspaper, producing meanings, supported by the discourse *of*, which memory and the present permeate the speeches, the “commemorations” of 09/07, marked by the “heroic and resounding shout” of Ipiranga, producing a “late effect of speech founder”.

Key-words: Discourse Analysis. Newspaper. Homeland. Dictatorship

Palavras iniciais

Tenhamos, pois, confiança no futuro brilhante de prosperidade do Brasil, e leais, unidos e guiados pelo brado “*heroico e retumbante*”, sejamos dignos de nossas tradições (*O CERRO LARGO*, 1967)

O brado “heroico e retumbante”, simbolicamente proclamado por Dom Pedro I às margens do Rio Ipiranga⁴, configurou-se como um marco na história do Brasil, pelo fato de que teria instaurado a “Independência” de nosso país, em 1822, desestruturando as relações até então existentes entre a colônia e sua metrópole, via “Pacto Colonial”. Esse evento nos chama especial atenção, visto que, ao longo do tempo, produziu distintas discursividades e narrativas, reverberando na/pela história e produzindo sentidos.

Cerca de cento e quarenta e cinco anos depois, já no século XX, os sentidos continuaram a reverberar, agora em um contexto de ditadura militar (1964-1985)⁵, utilizando-se da construção de um sentimento de “patriotismo” e “nacionalismo” para tentar justificar as ações arbitrárias (e inconstitucionais) do regime. Esses já-ditos acerca da “Independência” retornaram, via funcionamento da memória, sustentando um *discurso sobre* (VENTURINI, 2008; 2009; 2014) a Pátria que buscou resgatar as “tradições do passado”, bem como os seus “mitos” e “heróis”, como veremos mais adiante, a fim de legitimar ações do Estado.

Para o desenvolvimento deste trabalho, ancoramo-nos nos pressupostos teórico e metodológicos da Análise de Discurso Materialista, tal como foi desenvolvida por Michel Pêcheux, na França, e pela professora Eni Orlandi e tantos outros pesquisadores, no Brasil, particularizando-se. Os conceitos mobilizados são discurso *de* e discurso *sobre*, discurso fundador, memória, história, ideologia.

Buscando refletir acerca do discurso *sobre* a Pátria que circulou durante a ditadura militar brasileira, tomamos como objeto de análise *O Cerro Largo*, jornal que circulou no interior do Estado do Rio Grande do Sul entre os anos de 1957 e 1974. Nosso interesse recai em compreender os modos de significar Pátria aos sujeitos leitores do jornal, entendendo a produção do que chamamos de “efeito tardio de discurso fundador⁶”,

⁴ Esse evento histórico é representado por meio das artes, por exemplo, com o quadro “Independência ou Morte” (1888), de Pedro Américo, que se constituiu como uma narrativa sobre os acontecimentos.

⁵ A ditadura militar brasileira, período compreendido entre os anos de 1964 e 1985, foi arquitetada sob a forma de um golpe civil-militar, o qual “conduziu o país em 21 anos de descabros políticos e econômicos” (DA SILVA, 2014, p. 64). Na visão dos apoiadores do regime, era preciso derrubar o governo anterior, encarnado na figura de João Goulart (Jango), com a finalidade de “salvar o país da subversão e do comunismo, da corrupção e do populismo. E restabelecer a democracia” (REIS, 2005, p. 33)

⁶ Em dissertação de mestrado, intitulada “Discurso *sobre* a Pátria em *O Cerro Largo* durante a ditadura militar brasileira” (HEINZMANN, 2022), propomos uma reflexão acerca do que entendemos por “efeito tardio de discurso fundador”.

promovendo uma tentativa de reformulação para Pátria, interpelando os sujeitos a ressignificar, mesmo passados 150 anos do evento de nossa independência política.

A fim de explicitar tais movimentos de sentidos, selecionamos, para a análise, a materialidade intitulada *Exame de Consciência Cívico*⁷, datada de 10 de setembro de 1967, que nos permite compreender o funcionamento de Pátria nos primeiros anos da ditadura e como reverberou no período em questão.

Discurso sobre a Pátria: efeito tardio da construção de uma nacionalidade

A construção de um ideal de Pátria, bem como de uma nacionalidade denominada como “brasileira”, não teve início propriamente com a ditadura militar, mas rememora eventos históricos como a Independência do Brasil, em 1822. A construção de uma “cultura cívico-patriótica” perpassa, em nosso país, distintos períodos, produzindo narrativas que retornam pelo funcionamento da memória⁸ e que são comemoradas em determinado lugares, como por exemplo, no jornal *O Cerro Largo*.

Gomes (2009, p. 3) assevera que a construção da “cultura cívico-patriótica” remonta ao período da “Independência” do país e, desde o final do século XIX, ao período republicano no Brasil, em um processo que é vinculado à formulação de uma “história pátria”, considerada como fundamental para a formação dos “cidadãos”, após a Proclamação da República. Conforme Gomes (2009), havia a necessidade, por parte dos republicanos, de elaborar um “novo discurso político” que fosse capaz de forjar os elementos simbólicos da nação, levando à busca, na história e na geografia nacionais, pelos instrumentos necessários à constituição de um ideário cívico capaz de provocar um “sentimento patriótico” nos brasileiros.

Tal construção da nacionalidade, virá a ressoar no período da ditadura militar. Segundo Maia (2013), a defesa de um determinado tipo de cultura – a nacional – foi considerada como fundamental para a formação de cidadãos “conscientes”, tanto em relação ao seu papel de devoção à Pátria quanto em relação à necessidade de solidariedade

⁷ Está grafado desse modo no jornal, no masculino.

⁸ A memória discursiva, em AD, é entendida enquanto “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra” (ORLANDI, 2015, p. 29).

social. Conforme a autora, as disciplinas escolares de História, Geografia e Literaturas nacionais eram tomadas como essenciais à trajetória de formação da nação. No setor cultural, esse papel recaía nos monumentos, nas comemorações públicas de efemérides⁹, nos conjuntos arquitetônicos, nas manifestações folclóricas etc. O Estado reforçava, pois, uma visão otimista sobre a sociedade brasileira.

Maia (2013, p. 188) destaca que essa visão otimista foi incorporada também em períodos anteriores, como na Era Vargas (1930-1945) por meio de sua associação às correntes nacionalistas conservadoras. Entretanto, na ditadura militar, “[...] o otimismo trazia consigo a perspectiva de um futuro próspero, gestado por um passado nacional cuidadosamente reinventado”. Fico (1997, p. 34) destaca que, no período getulista, muitos dos elementos que seriam utilizados, posteriormente, durante a ditadura, foram estabelecidos, tais como “a valorização do trabalho, e uma certa ideia de nação – baseada nos princípios da coesão e cooperação”. Conforme o autor, “essas são matizes ideológicas que seriam retrabalhados durante a ditadura militar”.

Dessa maneira, a constituição de uma “identidade nacional” e de uma “Pátria brasileira” decorre do processo de construção histórica, que começa a ser gestado no período da “Independência do Brasil”, em 1822, sendo desenvolvido ao longo da República, ganhando impulso após a década de 1930, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder. É no período da ditadura que esses discursos retornam, produzindo sentidos, instaurando o que estamos denominando de “efeito tardio de discurso fundador” sobre a Pátria.

Para compreender o efeito do discurso fundador, é importante destacarmos o que entendemos por “discurso fundador”. Segundo Orlandi (1993, p. 130), um discurso torna-se fundador na medida em que “[...] cria uma nova tradição, ele ressignifica o que veio antes e institui aí uma memória outra. É um momento de significação importantemente diferenciado” (ORLANDI, 1993, p. 130). Dessarte, o “discurso fundador” é instaurado, sobretudo, pela relação que estabelece com o já-dito, sustentando-se nele e promovendo a movimentação dos sentidos.

⁹ Como exemplos de efemérides, mencionamos, anteriormente, as comemorações relativas ao Feriado de Tiradentes (21 de abril), à Independência do Brasil (7 de setembro), à Proclamação da República (15 de novembro), entre outros. São datas comemorativas utilizadas por governos, grupos e organizações para aumentar a conscientização sobre determinada questão. Com elas, é visada a comemoração de um grupo ou de um evento ou, ainda, a celebração de algo (a nível nacional e/ou internacional).

O “discurso fundador”, em seu funcionamento, engendra essa outra tradição de sentidos. Conforme Orlandi (1993, p. 13), ele “cria tradição de sentidos projetando-se para frente e para trás, trazendo o novo para o efeito do permanente”. Desse modo, mobilizamos esse conceito pensando, especificamente, no que propomos denominar de “efeito tardio de discurso fundador”, porque entendemos que o discurso *sobre* a Pátria ancora-se em uma memória que rememora, especialmente, ao período da “Independência do Brasil”, em meados do século XIX, quando os sentidos para a Pátria estavam sendo formulados, dentro das condições de produção do que chamamos de “constituição do Estado Nacional” – a construção de uma “nacionalidade” propriamente “brasileira” em relação a Portugal. Também são reverenciados os “heróis nacionais”, que teriam perpassado gerações, a citar as figuras históricas de Dom Pedro I, Tiradentes, Deodoro da Fonseca, Getúlio Vargas, Médici, entre outros.

Além disso, destacamos também que, ao alcançar o estatuto de município¹⁰, Cerro Largo passa a abrigar sujeitos que tomam posição de protagonistas no processo de institucionalização do saber sobre o jovem município, o que pode ser analisado nas publicações do jornal. É como se o processo começasse outra vez, como se tardiamente houvesse uma busca identitária para a região.

Com vistas a compreender o funcionamento do discurso *sobre* Pátria e dos efeitos tardios do discurso fundador, para análise, mobilizamos recortes da materialidade *Exame de Consciência Cívico*, que circulou em 1967:

¹⁰ O município de Cerro Largo foi emancipado em dezembro de 1954, através do Decreto nº 2.519. Sua instalação oficial deu-se em fevereiro de 1955. O Jornal O Cerro Largo surge um pouco depois da emancipação política do município, no ano de 1957.

RD1: Cada 7 de setembro, deve constituir, *para os cidadãos brasileiros que realmente se prezam, motivo para exame de consciência cívico.* Um exame de consciência que nos leve, salutarmente, *a corrigir erros, vícios, incapacidades, ilusões, utopias.* E enfrentar o futuro com lucidez, realismo, determinação, dignidade, decência e *vontade de trabalhar,* [...] somos uma nação em *marcha no tempo.* Podemos e devemos confiar no futuro, porque a esperança é essencialmente a virtude daqueles que estão no tempo. É nossa passagem pelo tempo que nossa missão se cumpre, *para com a Pátria e para com Deus.* É grande demais uma nação, como a nação brasileira, para ser manobrada *por interesses mesquinhos de um ou alguns.* E é bastante forte a alma brasileira para deixar-se abater pelos ventos ou brisas de discórdias, incompreensões e mal-entendidos [...]. Quando as antigas discórdias são esquecidas, quando as disputas estéreis são sufocadas e quando todos se unem em torno dos *grandes valores,* dos interesses comuns, com espírito de compreensão, humildade, respeito e justiça, então podemos estar certos de que o Brasil, de que a nossa querida Pátria, *será cada vez mais, um país do futuro, e de futuro.* [...] Tenhamos, pois, confiança no futuro brilhante de prosperidade do Brasil, e, leais, unidos e *guiados pelo brado “heroico e retumbante”*, sejamos dignos de nossas tradições (grifos nossos).

CADA 7 de setembro, deve constituir, para os cidadãos brasileiros que realmente se prezam, motivo para exame de consciência cívico. Um exame de consciência que os leve, salutarmente, a corrigir erros, vícios, incapacidades, ilusões, utopias. E a enfrentar o futuro com lucidez, realismo, determinação, dignidade, decência e vontade de trabalhar.

SOMOS como indivíduos e como povo, responsáveis pelos destinos de nossa pátria. Somos uma nação em marcha no tempo. Podemos e devemos confiar no futuro, ter esperança, porque a esperança é essencialmente a virtude daqueles que estão no tempo. É nossa passagem pelo tempo que a nossa missão se cumpre, para com a Pátria e para com Deus.

É GRANDE demais o destino de uma nação, como a nação brasileira, para ser manobrada por interesses mesquinhos de um ou de alguns. E é

bastante forte a alma brasileira, para deixar-se abater pelos ventos ou brises de discórdias, incompreensões e mal-entendidos.

O DEVER de todos há de ser, sempre, o de aperçoar-se e com isso ajudar a nação, cujo destino coletivo se marcará pelo reflexo do todo e, por sua vez, será a bússola para a histórica caminhada comum. Se queremos elevar, haveremos de começar por elevar-nos.

QUANDO as antigas discórdias são esquecidas, quando as disputas estereis são sufocadas e quando todos se unem em torno dos grandes valores, dos interesses comuns, com espirito de compreensão, humildade, respeito e justiça, então podemos estar certos de que o Brasil, de que a nossa querida Pátria, será cada vez mais, um país do futuro, e de futuro.

AGIR, LUTAR e SOFRER por uma ordem econômica e social subordinada aos ditames da justiça e da fraternidade humana em prol do bem-estar de todas as classes, é tarefa e exigência máxima de patriotismo.

TENHAMOS, pois, confiança no futuro brilhante de prosperidade do Brasil e, leais, unidos e guiados pelo brado "heróico e retumbante", sejamos dignos de nossas tradições, de nossa independência e, que, a SEMANA DA PÁTRIA, que o dia 7 de setembro, suscite ou aprofunde na consciência de todos os brasileiros, a compreensão da necessidade e da urgência irrecusável da união, do empenho mútuo e do sacrifício, ao serviço do desenvolvimento e do progresso.

Observamos, nesses trechos, como são produzidas discursividades acerca da “Independência do Brasil” – 7 setembro –, enquanto evento a ser comemorado, reunindo as memórias que emergem sobre a Pátria e sobre o sujeito “patriota”, dadas as condições de produção do regime militar brasileiro. Esse funcionamento da memória, enquanto rememoração, “[...] realiza-se a partir de discursos que retornam e sustentam o discurso sobre, legitimando o dizer e constituindo, no intradiscurso, efeitos de verdade e de autoridade” (VENTURINI, 2014, p. 125, grifo da autora). Há um já-dito ressoando (discurso *de*) que organiza a memória no eixo do intradiscurso (discurso *sobre*), destacando os eventos que devem ser lembrados e/ou apagados pelo jornal (lugar de memória).

As comemorações alusivas ao “Dia da Pátria” buscam produzir um imaginário social e projetam um ideal de sujeito para o regime militar: o “cidadão brasileiro”.

Almeida (2009, p. 43) afirma, em relação às festas cívicas, que elas “[...] não se constituíam apenas em instrumento de controle social, mas também assumiam a forma de mecanismos de fabricação do consenso social”. Dessa maneira, “[...] as comemorações elaborariam interpretações sobre acontecimentos pretéritos, procurando restabelecer os vínculos entre passado, presente e futuro”. É no presente que o passado retorna sob o efeito de pré-construído, presentificando, a cada 7 de setembro, o imaginário do “bom patriota”, do “bom sujeito”, do “bom cidadão”.

O pré-construído, enquanto efeito do interdiscurso, refere-se ao ‘sempre-já-aí da interpelação ideológica’, o que é pré-existente, anterior e exterior a toda formulação, sendo, pois, ‘a matéria-prima’ do sujeito. É o pré-construído que torna o dizer possível, estando na base da constituição do discurso. Para Pêcheux (2009 [1975] p. 142), “o efeito de pré-construído” está relacionado, portanto, a uma “modalidade discursiva da discrepância”, por meio da qual o indivíduo é interpelado em sujeito. São, pois, esses lugares já dados na exterioridade que permitem ao indivíduo a possibilidade de se constituir enquanto sujeito. Tal constituição é decorrente da identificação do sujeito com determinada posição ideológica, inscrevendo-se em determinada posição.

Considerando o recorte mobilizado, são as construções já dadas, os já ditos, os quais estão na ordem da exterioridade, do pré-construído, que permitem a constituição do discurso pela inscrição em outros dizeres, os quais, por sua vez, apontam para determinada filiação histórica. Ao recuperar a memória do que é a “Independência do Brasil”, propõe-se, então, um “exame de consciência cívico” por parte do “cidadão brasileiro”, o que o levaria a analisar sua trajetória, de forma a “corrigir *erros, vícios, incapacidades, ilusões e utopias*” (grifos nossos), enfrentando o futuro de forma lúcida e com “*vontade de trabalhar*” pelo Brasil (grifos nossos). É interessante observarmos, inicialmente, o funcionamento da designação “cidadão” nas condições de produção da ditadura militar brasileira. Indursky (2013, p. 112-13.), em trabalho acerca do discurso presidencial durante o regime militar, analisa a ocorrência de “cidadão”, constatando que essa denominação sofreu mudanças semânticas ao longo do período. Conforme a autora:

[...] durante a ditadura branda de Castelo Branco, cidadão é aquele que abdica voluntariamente de seus direitos em nome de seus deveres cívicos. Já o efeito de sentido produzido em Costa e Silva é diverso, como é possível verificar em CS1273. Destaca-se,

inicialmente, que essa sequência pertence a um discurso pronunciado após o golpe de Estado interno realizado através do AI-5, em 1968. Tais mudanças fazem-se igualmente observar no nível discursivo. Na sequência em exame, percebe-se que o cidadão não é mais o guardião de seus próprios interesses. O Estado apropriou-se dessa guarda, ficando este sob sua tutela. Se em Castelo Branco, o cidadão abdicava voluntariamente de seus direitos, na ditadura explícita de Costa e Silva, estes lhe foram confiscados: cidadão agora se reduz àquele que possui um único direito: o de submeter-se livremente aos deveres que lhe são impostos pelo Estado (INDURSKY, 2013, p. 112-113).

Considerando a materialidade analisada, o “cidadão” que observamos faz parte das discursividades em circulação durante o governo Costa e Silva (1967-1969), o qual significou “cidadania” como um “sacrifício” do sujeito em nome de sua Pátria e que confiscou seus direitos constitucionalmente adquiridos, em favor de um “direito” único: submeter-se livremente aos deveres impostos pelo Estado. Essa “livre submissão” ao Estado pode ser entendida a partir da categoria do “bom sujeito” como aquele que “[...] realiza seu assujeitamento sob a forma do ‘livremente consentido’” e que “[...] sofre cegamente essa determinação, isto é, ele realiza seus efeitos ‘em plena liberdade’” (PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 199, aspas do autor).

Dentro das formas de governabilidade ditatoriais do governo Costa e Silva, o “cidadão brasileiro”, é atravessado também pelo discurso religioso, mais especificamente, pelo discurso religioso cristão, o que observamos pelas marcas discursivas expressas em “corrigir *erros, vícios, incapacidades, ilusões e utopias*” (grifos nossos). O cidadão deveria empreender um “sacrifício” pela Pátria, corrigindo erros e vícios, em um falso discurso pautado “em nome de Deus”.

O discurso em torno do trabalho nos chama especial atenção no *corpus*, em função de sua regularidade. Observamos que, nas condições de produção ditatoriais, ele ancora-se em um já-dito que ressoa pelo funcionamento da memória discursiva, expresso pela máxima: “o trabalho dignifica o homem¹¹”. Esse discurso está presente na Constituição Brasileira de 1967, no artigo 157, inciso II: “Art. 157 A ordem econômica tem por fim realizar a justiça social, com base nos seguintes princípios: II valorização do trabalho

¹¹ Frase atribuída ao escritor, cientista e filósofo norte-americano Benjamim Franklin.

como condição da dignidade humana”. Contudo, esse discurso em torno do trabalho, enquanto “dignificação do homem”, não encontra respaldo no período da ditadura, visto que o regime cerceou explicitamente os direitos trabalhistas dos sujeitos.

Os atos inconstitucionais contra os trabalhadores, conforme afirma Netto (1991), podem ser citados: arrocho salarial, fim da estabilidade aos dez anos de serviço (isto é, a extinção da estabilidade empregatícia), a proibição do direito à greve, o cerceamento da autonomia sindical, por meio de alterações regressivas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), além da demissão, exoneração ou aposentadoria compulsória dos servidores públicos acusados de manifestação.

O discurso em torno de Pátria ancora-se nos denominados “grandes valores” e nos “interesses comuns”, como por exemplo, o apreço pela família, pelos valores pátrios, pela igreja e pela bandeira, oriundos do mundo cristão ocidental. Somente por meio deles, para todos, a Pátria poderia ser cada vez mais “um país *do futuro e de futuro*”. (grifos nossos) Os brasileiros deveriam, nesse sentido, ter “confiança no *futuro brilhante* de prosperidade do Brasil” para que, “leais, unidos e guiados pelo *brado ‘heróico e retumbante’*” (grifos nossos), fossem dignos de suas tradições. Chama-nos atenção a expressão “brado heroico e retumbante”, pois ela faz retornar um já-dito que se sustenta no discurso em torno da “Independência do Brasil”, em que, simbolicamente, Dom Pedro I teria dado um brado às margens do Rio Ipiranga, evento que instauraria a “Independência” do país. Há também a construção tardia de uma ideia do que seria a Pátria, ancorada no funcionamento da memória.

Também “retumbante” remete a som, a ruído, sendo definido pelo Dicionário Aurélio (2010) como aquele que “retumba”, que é “ruidoso, barulhento, que faz estardalhaço, que provoca rebuliço, agitação”. “Retumbante” nos remete ao que é produzido por um para os outros e, muitas vezes, pelos outros que acredita representar. Tal reflexão nos remete à noção de “porta-voz” (PÊCHEUX, 1990), porque o sujeito se coloca na posição de representar o grupo social, fazendo retumbar, a uma só voz, o brado heroico e retumbante.

Ainda, o recorte por nós delimitado faz ressoar os efeitos que a bandeira nacional produz, sendo um importante operador de identificação nacional. A bandeira e sua utilização em contextos de ditadura produzem efeitos específicos, buscando, justamente, a identificação do sujeito à Pátria a partir de um sentimento nacionalista exacerbado. No

recorte em questão, não está explícito o culto à bandeira nacional, mas podemos compreender seus efeitos por meio, sobretudo, do modo como o lema da bandeira: “Ordem e progresso”, ressoa na discursividade analisada, sendo, portanto, um efeito ideológico.

Considerando esse lema, retomamos uma discussão que Orlandi (2002) fez sobre a bandeira, tratando justamente das possíveis leituras em torno do dizer “ordem e progresso”, partindo da polêmica que existiu entre Prado e Mendes (criador da bandeira). Orlandi enfatiza que o enunciado se configura como uma máxima, a qual está vinculada ao viés positivista, sustentado pelo discurso da moral. Seu efeito, enquanto discurso positivista, é o de que “passar para o senso comum, se des-historiciza e se incorpora na prática cotidiana do cidadão” (ORLANDI, 2002, p. 288).

A análise realizada tem como ponto de partida a questão de o enunciado ser construído por junção, coordenação ‘e’; no entanto, vale destacar que ‘ordem’ precede ‘progresso’, fazendo valer o seguinte raciocínio: ‘se ordem, progresso’, a condicionalidade. Orlandi afirma que:

No domínio do positivismo, sabe-se, a evolução depende de elementos da ordem natural. O político tem assim relações significativas com o naturalismo, o mecanicismo, o determinismo biológico. E a política, nesse viés, é definida como arte de realizar a ordem que só a ciência pode explicitar e já está sempre dada no social (ORLANDI, 2002, p. 291).

Orlandi (2002, p. 295) pontua que a “estranha mistura de moral – religião – ciência e política – apagando o jurídico e o político em seus lugares mais próprios - é que tem sustentado os discursos sobre (e do) poder no Brasil, desde essa época. E é essa sustentação tem sido imprescindível para as formas de nossos governos totalitários.

Assim, o recorte selecionado não pode, portanto, ser lido fora de sua(s) história(s) mais longa(s). Entendemos, pois, que tais enunciados se vinculam ao discurso colonialista, o qual marca nossa história, sendo por meio dele que “podemos compreender o que significam esses discursos que falam da submissão (da ordem) natural do fraco ao forte. É nessa FD que essas falas fazem seus sentidos” (ORLANDI, 2002, p. 299).

Trata-se, dessa forma, do funcionamento da memória, especialmente por meio da repetição histórica, a qual “inscreve o dizer na ordem do repetível enquanto memória constitutiva, saber discursivo, em uma palavra: interdiscurso” Orlandi (2004, p. 70). É pela história, quando esta se inscreve na língua via interdiscurso, que o dizer se materializa e se historiciza. Essa relação com o já dito é, portanto, a condição para que o dizer signifique, seja dotado de sentidos. A repetição histórica é fundamental para a constituição do discurso, indicando que o mesmo é sempre marcado por uma memória que permite a historicização do dizer.

A história, conforme Orlandi (1990, p. 35), “está ligada a práticas e não ao tempo em si. Ela se organiza tendo como parâmetro as relações de poder e de sentidos, e não a cronologia: não é o tempo cronológico que organiza a história, mas a relação com o poder (a política)”. Junto a isso, segundo a perspectiva discursiva, devemos considerar que é

a ideologia que produz o efeito de evidência, e da unidade, sustentando sobre o já-dito os sentidos institucionalizados, admitidos como ‘naturais’. Há sempre uma parte do dizer, inacessível ao sujeito, e que fala em sua fala. Mais ainda: o sujeito toma como suas as palavras da voz anônima produzida pelo interdiscurso (a memória discursiva) (ORLANDI, 2004, p. 31).

Assim, a ideologia, tal como a entendemos, faz com que se naturalize “o que é produzido pela história: há transposição de certas formas materiais em outras, isto é, há simulações (e não ocultação de ‘conteúdos’) em que são construídas transparências para serem interpretadas por determinações históricas que aparecem como evidências empíricas” (ORLANDI, 2004, p. 31).

Nesse sentido, o discurso em torno de Pátria é pleno de historicidade e memória, além de explicitar o caráter político que todo discurso possui. Pelo político podemos, pois, compreender como as relações de poder são simbolizadas e fazem com que a nossa sociedade seja dividida. Isso refere-se ao fato de que “os sentidos e os sujeitos são divididos e têm uma direção que não é indiferente à sua relação com a ideologia” (ORLANDI, 2012, p. 55).

Dessa maneira, observamos por meio deste recorte como são recuperados, via funcionamento da memória, eventos a serem celebrados pelo espaço do jornal, como a

Independência, significada simbolicamente através do brado às margens do Ipiranga. Também a construção de um ideal de Pátria que se basearia em determinados “valores”, como o apreço à família, o trabalho, o amor ao Brasil, a reverência aos seus “heróis” e a construção de uma imaginária “cidadania”.

Considerações finais

Por meio das análises empreendidas, observamos como se organiza uma memória sobre Pátria que é “recuperada”, “retomada” e “atualizada” a cada 7 de setembro, de modo a reunir “nomes” e “eventos” a serem comemorados pelos denominados “cidadãos brasileiros”. São determinados, concomitantemente, “valores” e “interesses” comuns que perfazem o imaginário do que seria um “bom cidadão-patriota” para o regime militar. Dentre esses ideais, podemos citar: o apreço pela família, pela religião, pela liberdade, o trabalho, a justiça, o respeito e a “soberania” diante da Pátria brasileira, cultuada através de denominados “heróis”.

Observamos isso, em nosso *corpus*, pelo efeito da memória, tendo em vista o funcionamento de pré-construídos, a exemplo do que observamos nos trechos: “[...] É nossa passagem pelo tempo que nossa missão se cumpre *para com a Pátria e para com Deus*” (grifos nossos); “[...] É bastante forte a alma brasileira para deixar-se abater pelos *ventos ou brisas de discórdias*, incompreensões e mal-entendidos[...]. Quando as antigas discórdias são esquecidas, quando as disputas estereis são sufocadas e *quando todos se unem em torno dos grandes valores, dos interesses comuns*, com espírito de compreensão, humildade, respeito e justiça, então podemos estar certos de que o Brasil, de que a nossa querida Pátria, *será cada vez mais, um país do futuro, e de futuro*” (grifos nossos).

Também, o discurso em torno do trabalho e da “cidadania” reverbera, enquanto valores e princípios a serem seguidos pelos “patriotas”: “Cada 7 de setembro, deve constituir, *para os cidadãos brasileiros que realmente se prezam, motivo para exame de consciência cívico*. Um exame de consciência que nos leve, salutarmente, *a corrigir erros, vícios, incapacidades, ilusões, utopias*. E enfrentar o futuro com lucidez, realismo, determinação, dignidade, decência e *vontade de trabalhar*” (grifos nossos).

Na atualidade, essa memória em torno do trabalho retorna, via funcionamento parafrástico, em enunciados como: “Não fale em crise, trabalhe”, proferido em 2016 pelo

então presidente Michel Temer¹², ou ainda em pronunciamentos do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, à ocasião das comemorações do 1º de maio: “Em anos anteriores no dia 1º de maio, o que mais víamos no Brasil eram *camisas e bandeiras vermelhas* como se fôssemos um *país socialista*. Hoje temos prazer e satisfação de vermos bandeiras verde e amarelas, com homens e mulheres que *trabalham de verdade* e sabem que o bem maior que podemos ter na nossa *pátria é a liberdade* [...] “Minha lealdade é ao *trabalhador de verdade*”¹³ (grifos nossos). Entendemos assim, conforme Courtine e Marandin (2016, p. 45), que “Os discursos se repetem: ‘sincronicamente’ no fio de seu desenrolar e ‘diacronicamente’ no fio do tempo: os mesmos temas, as mesmas formulações, as mesmas retornam, reaparecem”. Ou seja, “Se os discursos se repetem, é porque eles são repetidos”

Além disso, o discurso *sobre* a Pátria, vinculado à lei, ao trabalho, à ordem, se repete, ressoando desde o período da “Independência do Brasil”, rememorando figuras como Tiradentes, por exemplo, mas não só, retomam também todos aqueles sujeitos que constituíram a denominada “nacionalidade brasileira”, estabelecendo um elo entre o passado, o presente e o futuro. Isso permite-nos compreender o que estamos denominando de “efeito tardio de discurso fundador”, isto é, de uma Pátria que está em constante (re)significação aos cidadãos cerro-larguenses à época da ditadura, sendo que esses podem vir a identificar-se com os saberes organizados no/pelo jornal *O Cerro Largo*. Dessa maneira, as reflexões empreendidas nos instigam a refletir sobre tais discursos, bem como a pensar sobre os contradiscursos que não cessam de se apresentar. Um exemplo de contradiscursos bastante atual é o slogan¹⁴ do primeiro ano de governo federal do Presidente Lula (2023):

¹² Pronunciamento de Michel Temer, do dia 12 de maio de 2016. Disponível em: <https://tvuol.uol.com.br/video/nao-fale-em-crise-trabalhe-queria-espalhar-essa-frase-diz-temer04024E9B3060D8C15326?cmpid=fb-uolnot>. Acesso em abr. 2023

¹³ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/no-dia-do-trabalho-bolsonaro-critica-sindicatos-e-mstpara-ruralistas/>. Acesso em abr. 2023.

¹⁴ Cf. <https://www.poder360.com.br/governo/nova-logo-do-governo-tem-cores-vivas-e-letras-garrafaeis/> Acesso em 30.04.2023.



Neste slogan, não comparece a palavra Pátria, não há um esforço em recuperar sentidos da Independência ou da ditadura militar, configurando-se como um contradiscurso. O que se propõe é a refundação de um “Brasil” (com letras abundantes e diversidade de cores, não só vinculando o Brasil ao verde e amarelo), com base na união e na reconstrução, fazendo alusão a um sentido de Pátria construído na memória recente que seria representado pelos feitos dos governos federais de esquerda que o Brasil conheceu no início do século XXI. De fato, entendemos que os discursos em circulação, atualmente, nas mídias nacionais (principalmente as digitais), indicam o antagonismo deste governo de esquerda em relação a tudo o que veio antes, o que podemos atribuir ao governo de extrema direita que o precedeu, mas também ao período da ditadura militar, objeto de estudo deste texto. Com estas reflexões, queremos finalizar explicitando que ainda há muito para saber e manifestando nosso desejo em continuar estudando os processos de produção de sentido sobre Pátria, sobre o nosso Brasil.

Referências

ALMEIDA, A. T. S. O Regime Militar em festa: a comemoração do Sesquicentenário da Independência Brasileira (1972). (**Tese de Doutorado**). Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2009.

AURÉLIO, B. H. **Mini Aurélio**: o dicionário da língua portuguesa. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010, p. 164.

COURTINE, J-J; MARANDIN, J-M. Que objeto para a Análise de Discurso? Trad. Maria Onice Payer. In: CONEIN, B. et al. **Materialidades Discursivas**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

DA SILVA, L.F. Crise do regime político pré-1964, golpe civil-militar e consolidação do regime ditatorial. In: NAPOLITANO, Carlo José. **O golpe de 1964 e a ditadura militar em perspectiva**. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2014.

FICO, C. **Reinventando o otimismo**: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

GOMES, A. República, educação cívica e história pátria: Brasil e Portugal. In: ANPUH. **XXV Simpósio Nacional de História: História e Ética**. *Anais... Fortaleza*, UFC: 2009. p.1-8.

HEINZMANN, Y. Discurso sobre a Pátria em O Cerro Largo durante a ditadura militar brasileira. 2022. 155f. **Dissertação (Mestrado em Letras)** – Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2022.

INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

MAIA, T. Civismo e cidadania num regime de exceção: as políticas de formação do cidadão na ditadura civil-militar (1964-1985). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 182-206, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180305102013182>. Acesso em abr. 2023.

ORLANDI, E. P. **Discurso fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. São Paulo: Campinas, Editora Pontes, 1993.

Língua e conhecimento lingüístico: para uma história das idéias no Brasil. São Paulo, Editora Cortez, 2002.

ORLANDI, E. P. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 4. ed. Campinas, Editora Pontes, 2004.

ORLANDI, E. P. **Discurso em Análise**: sujeito, sentido, ideologia. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: Princípios e Procedimentos. 12. ed. Campinas: 2015.

PÊCHEUX, M. **Delimitações, inversões e deslocamentos**. Tradução de José Horta Nunes. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v.19, p.7-24, 1990.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 5. ed. Tradução de Eni P. Orlandi et al. Campinas: Editora da Unicamp, [1975] 2014.

REIS, D. A. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

VENTURINI, M. C. Rememoração/comemoração: prática discursiva de constituição de um imaginário urbano. 2008. 235 f. **Tese (Doutorado em Letras)**. Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Letras, Santa Maria, 2008. _____. **Imaginário urbano**: espaço de rememoração/comemoração. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009.

VENTURINI, M. C. Mídia, ruído e silêncio tumular na constituição contraditória da memória em curso/discurso. In: TASSO, I., SILVA, É. (org.). **Língua(gens) em discurso: a formação de objetos**. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editora, 2014, p. 119-136.